

-----ACTA Nº 20/2009-----

--MINUTA DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 JULHO DE 2009--

-----Aos vinte e nove dias do mês de Julho de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva e Maria Joana Batista Vidinha.-----

-----Faltaram os Senhores Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos, cujas faltas foram consideradas justificadas.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----RECTIFICAÇÃO DE DECISÃO DE COMPRA DO TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - Foi presente a proposta assinada pelo Senhor Presidente como segue:

-----"Considerando que: por escritura de dezanove de Dezembro de dois mil e sete, lavrada de folhas noventa e um do Livro de Notas número quarenta e oito do seu Notário Privativo, o Município de Almeirim adquiriu aos herdeiros de Guilherme Botas um prédio urbano que se descreveu como composto de lote de terreno para construção com quatro mil duzentos e trinta e cinco metros quadrados, descritos na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o número quatro mil e trinta e oito da Freguesia de Fazendas de Almeirim e inscrito na matriz predial urbana da mesma freguesia sob o artigo P cinco mil seiscentos e trinta;---

-----Na realidade, o que o Município efectivamente adquiriu, a

título oneroso, foi uma parcela de terreno com três mil quinhentos e setenta metros quadrados pelo preço de duzentos e dezanove mil, quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos, que foi incluída no lote de terreno supra identificado;-----

-----Foi aproveitada a oportunidade de realização da escritura supra referida para formalizar uma doação de uma parcela de terreno, contigua à adquirida, com setecentos e cinquenta e cinco metros quadrados efectuada pelo falecido Guilherme Botas ao Município, há cerca de vinte anos;-----

-----Se optou pela realização de uma única escritura, como se de um único acto se tratasse, como forma imediata de ultrapassar a proibição da realização de mais de um destaque constante do número seis do artigo sexto do RJUE;-----

-----A opção pela celebração de uma escritura de compra e venda, incluindo não apenas a parcela efectivamente vendida mas também a doada, acarretou para os vendedores a sujeição a imposto relativamente a quantias que na realidade não receberam;-----

-----É de elementar justiça que os vendedores não sejam prejudicados e que para esse efeitos é necessário proceder à rectificação da escritura de compra e venda, fazendo-a corresponder, na medida do possível, à realidade comercial subjacente;-----

-----Essa alteração da escritura impõe a alteração das deliberações camarárias de seis de Outubro de dois mil e oito e de dois de Dezembro de dois mil e oito.-----

-----Proponho:-----

-----Um - Que seja autorizada a rectificação da escritura de compra e venda celebrada a dezanove de Dezembro de dois mil e oito a folhas noventa e um do Livro de Notas número quarenta e oito do Notário Privativo do Município de modo a dela passar a constar que o prédio identificado adquirido pelo Município foi transmitido ao Município nos seguintes moldes:-----

-----a) que os herdeiros de Guilherme Botas venderam ao Município a fracção de trezentos e cinquenta e sete,

quatrocentos e trinta avos (357/430) indivisos do prédio descrito na CRP sob o número quatro mil e trinta e oito/Fazendas de Almeirim, pelo preço de duzentos e dezanove mil quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos;-----

-----b) que os mesmos herdeiros formalizam a doação ao Município da fracção de setenta e três, quatrocentos e trinta avos (73/430) indivisos do prédio identificado, doação a que atribuem o valor de quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis euros e cinquenta cêntimos;-----

-----c) que o valor total da escritura passe a ser de duzentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros;----

-----Que, em conformidade, sejam alteradas as deliberações de câmara de seis de Outubro de dois mil e oito e de dois de Dezembro de dois mil e oito, pelas quais se autorizou o Município a efectuar a aquisição do lote de terreno com quatro mil trezentos e vinte e cinco metros quadrados, passando essas autorizações a constar nos termos das alíneas a) a c) do ponto anterior".-----

-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por quatro votos a favor dos Senhores: Presidente, Vice-Presidente, Vereadores José Carlos Silva e Joana Vidinha, o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício.-

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "Voto contra e faço voto de vencido porque surgiram bastantes dúvidas se se trata de uma alteração das duas decisões do executivo da Câmara Municipal, respectivamente de 06.10.2008 e de 02.12.2008, ou se deverá legalmente proceder-se à aprovação da anulação dessas decisões e posteriormente a aprovação de uma nova decisão que inclua as "rectificações materiais introduzidas".-----

-----Há de facto uma dúvida legal nesta proposta de rectificação que tem a ver com a tipificação do erro cometido, isto é se o erro cometido é um erro na declaração de vontade, consistente em declarar uma coisa quando se queria manifestar outra, a

rectificação surge ao abrigo do artº 135º do CPA (Código do Procedimento Administrativo) - erros não manifestos na expressão da vontade administrativa, ou se a rectificação de que aqui se trata respeita aos erros cometidos a propósito de elementos relevantes da prática ou do conteúdo da decisão que se quer rectificar (artº 148º do CPA- Código do Procedimento Administrativo).-----

-----Como já se tornou habitual não nos é disponibilizado qualquer informação jurídica que nos permita tomar uma posição sobre esta proposta, proponho que a mesma seja retirada e sujeita a parecer jurídico que a deve acompanhar, desonerando-nos da responsabilidade que advém de estarmos a aprovar uma decisão sem fundamentação legal."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor porque a proposta de deliberação incluída na Ordem de Trabalhos, embora subscrita por mim, foi redigida pelo consultor jurídico da Câmara, Dr. Vítor Batista, o que é razão suficiente para que a considere fundamentação jurídica.-----

-----Por outro lado, a rectificação da decisão anterior que agora está em apreciação, pretende repor a verdade da transacção isto é, a aquisição de parte do terreno mas doação doutra parte feita em vida pelo Senhor Guilherme Alves Botas à Associação Desportiva Fazendense, que agora a liberta a troco de a Câmara Municipal de Almeirim construir uma nova sede junto ao campo de futebol. Esta Associação por direito que lhe é concedido pelo uso capitão podia, se assim o entendesse obstaculizar esta transacção. No entanto por justiça com o desejo da família de confirmar a doação do seu ante passado, anuiu à operação tal como ela é apresentada."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu que se registe em acta que a proposta de deliberação que nos foi distribuída é assinada pelo Senhor Presidente.-----

-----INSTALAÇÕES DO ACCES - Foi presente a proposta do Senhor Presidente como segue: "Tendo em atenção que o ACCES tem

necessidade de se instalar em instalações amplas e condignas e que para tanto achou condições em estabelecimentos propriedade do Senhor Ernestino Tomé Alves, na Rua Filipa de Vilhena, propõe-se a celebração do respectivo contrato de arrendamento, por novecentos euros mensais.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Para que fique em acta, que vai ser a Câmara a suportar os custos de aluguer, suponho que a adaptação das lojas, também será da responsabilidade da Autarquia, queria saber de os novecentos euros são por uma ou pelas três lojas."-----

-----O Senhor Presidente respondeu que são pelas três lojas.----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que custa-lhe ver naquelas três lojas, serviços a funcionar naquele tipo de lojas, e disse: "Contesto a escolha do local. Penso que a Câmara não pode fazer um ajuste directo desta maneira. Quero dizer que vou votar contra porque entendo que a Câmara não pode estar a negociar particularmente com um Município, mas isso será objecto da minha declaração de voto."-----

----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por quatro votos a favor dos Senhores: Presidente, Vice-Presidente, Vereadores José Carlos Silva e Joana Vidinha, o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: . "Como todos sabemos o contrato de arrendamento por ajuste directo consiste na celebração de um contrato administrativo com uma pessoa singular ou colectiva particular em que esta é escolhida discricionariamente pela entidade administrativa. -----

-----O ajuste directo é justificado por razões de urgência ou circunstâncias excepcionais.-----

-----Não me parece que este contrato se enquadre no previsto no Decreto-Lei n.º 34/2009 de 6 de Fevereiro, para concretizar medidas prioritárias, sendo assim terá que ser cumprido o previsto no Código de Contratação Pública, nomeadamente e no caso de se enquadrar no contrato por ajuste directo - se de

facto o mesmo não ultrapassar os 75 mil euros - o "convite, pelo menos, três entidades distintas para apresentação de propostas".

-----Nenhuma documentação nos foi facultada sobre esta conformidade legal, nem foi fundamentado as razões de urgência ou circunstâncias excepcionais. -----

-----Pelos motivos aduzidos, voto contra e faço voto de vencido."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor e contesto as declarações do Senhor Vereador Francisco Maurício porque este aluguer se destina à instalação de serviços específicos e foi escolhido por visita da Senhora Coordenadora do ACCES em alternativa com outras instalações, nomeadamente na Zona Industrial e as lojas propriedade do Senhor Manfredo, junto ao Tribunal. No entanto a escolha foi feita por proximidade com o Centro de Saúde e também dado o estado de conservação das lojas que são novas. Devo acrescentar que o ACCES por legislação tem também atendimento público e coordenação dos centros de saúde da margem sul do tejo, nomeadamente de pessoal médico e outro."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: "O Senhor Presidente da Câmara acabou de confirmar que não foi cumprido o previsto no Código da Contratação Pública, nomeadamente no que concerne ao ajuste directo. Recordo ao Senhor Presidente que para além daquelas três lojas uma dezena de lojas similares no Concelho para alugar, bem como edifícios preparados para escritórios provavelmente bem mais adequados para os fins a que se destina o aluguer e não pode qualquer Presidente de Câmara actuar com esta discricionariedade em relação aos Municípios do Concelho."-----

-----O Senhor Vice-Presidente ditou a seguinte declaração de voto: "O Código de Contratos Públicos neste aspecto não é para aqui chamado. Trata-se do aluguer de um espaço específico que de acordo com as necessidades não pode ser qualquer um em qualquer lugar. Gostaria ainda de referir que o não apoio desta Autarquia na solução encontrada faria com certeza com que a direcção do

ACCES procurasse outros locais fora do Concelho. Todos percebemos a importância de ter os Centros de decisão sedeados no nosso Concelho."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse: " Quero lembrar o Senhor Vereador Pedro Ribeiro que o Código de Contratação Pública é para cumprir por ele, por mim, por todos os Autarcas. Quero lembrar ao Senhor Vereador Pedro Ribeiro que esta contratação seria entendida por mim se houvesse uma circunstância excepcional que o justificasse, o que não se verifica porque se trata de três lojas amplas, sem qualquer característica, que não seja a exploração de uma loja comercial. Há dezenas de locais em Almeirim mais apropriados para a instalação pretendida. Ninguém tem o direito, a não ser que haja motivos obscuros para decidir o contrário."-----

-----O Senhor Presidente disse: " A interpretação do Senhor Vereador Francisco Maurício é incorrecta, porque não há dezenas de instalações próprias para aqueles serviços em Almeirim, que foram escolhidas pela responsável pelo ACCES e não pelo Presidente da Câmara. Se há intenções obscuras, elas só existem na cabeça do Senhor Vereador Francisco Maurício."-----

-----EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE 333.805,00 PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS - Foi presente a proposta do Senhor Presidente como segue: "Tendo em conta a candidatura do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, de valor elegível um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, vinte e cinco euros e nove cêntimos com a comparticipação comunitária de setenta por cento correspondente a um milhão cento e sessenta e oito mil, trezentos e dezassete euros e cinquenta e seis cêntimos;-----

-----E ainda a faculdade concedida pelo número seis do artigo trinta e nove da Lei dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, Lei das Finanças Locais;-----

-----Propõe-se a obtenção de empréstimo bancário para o fim da Construção desta obra no valor de trezentos e trinta e três mil,

oitocentos e cinco euros, correspondente a vinte por cento do valor elegível".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício fez a seguinte intervenção: "Consultei o saite do Ministério da Educação e não encontro em sitio nenhum a obra de Construção do centro Escolar de Fazendas. Gostaria que me fizesse chegar uma prova de que este Centro escolar já foi aprovado.-----

-----Devo referir que esta reunião é extraordinária e que não estão presentes os Vereadores da CDU nem do PSD, que dizem que não aceitam que uma ordem de trabalhos fosse alterada. É intenção dos dois Vereadores ausentes, impugnarem estas deliberações."-----

-----Posta à votação a proposta de obtenção de empréstimo acima indicada, foi a mesma aprovada por maioria com quatro votos a favor dos Senhores Presidente, Vice Presidente, Vereadores José Carlos e Joana Vidinha e o voto contra do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "Recordo que o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim começou mal: Num panfleto que o senhor presidente fez distribuir pelas Fazendas de Almeirim dizia: CENTRO ESCOLAR DE FAZENDAS DE ALMEIRIM, será uma realidade em 2010.... terrenos comprados expressamente para este efeitoO Presidente não solicitou ao Executivo, como deveria, que lhe fossem dados poderes para negociar a aquisição dos terrenos em causa com os respectivos proprietários e celebrar os contratos promessa de compra e venda e respectivas escrituras públicas, nos termos e condições que entender [alínea f) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro].-----

-----Não foi feita a avaliação técnica da adequabilidade daqueles terrenos e de como se trata do local adequado a uma escola com aquelas características.-----

-----Este local entre a Rua de S. Bento e Estrada Velha dos Paços: Não é central; A rua do acesso principal, Rua de S.

Bento, não tem passeios (nem toda a gente vai de carro para a escola).-----

-----Só tem duas saídas e na saída para a Rua Nova Lisboa, numa extensão de cerca de 30 m, o trânsito só pode ser feito num sentido.-----

-----É uma zona distante dos principais equipamentos desportivos e culturais da freguesia?-----

-----Não foi feito pelos responsáveis da DHU da conformidade do projecto do centro escolar e zona de loteamento proposto, com as normas legais em vigor, nomeadamente a largura de Rua Pública a abrir?-----

-----Não há declaração de todos os proprietários/possuidores a concordarem com o loteamento proposto?-----

-----Não foi feita auscultação de outros terrenos, melhor localizados para este serviço público, e mais baratos. -----

-----Tendo em conta que, em PDM, a Vila de Fazendas é fértil em zonas destinadas a equipamentos, quais as razões porque foram preteridas, uma vez que são zonas que não têm qualquer outra utilidade?-----

-----A localização junto ao Cemitério, onde até há vendedor interessado poderia ser um factor de desenvolvimento da zona e ter o Centro Escolar situado num local com muito maior área livre de construção.-----

-----Onde está, ainda projectado, parece-me um espaço exíguo e sem condições.-----

-----Tem, por acaso prova da aprovação da construção deste Centro Escolar? Se tem gostaria de ter cópia, se não tem de que servem estes procedimentos para além de enganar as populações? -

-----Também, da análise do referido documento sobre a "CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO, podemos verificar que o mesmo enferma de "erros grosseiros" com que se pretende "ludibriar" as normas legais relativamente à situação dos "limites ao endividamento municipal para 2009", da Câmara Municipal de Almeirim, senão vejamos:-----

-----São omitidos os valores de dois empréstimos, já visados

pelo Tribunal de Contas, no valor de 771 405,00 euros e 151 823,00 euros, respectivamente, conforme podemos verificar, no "mapa de empréstimos obtidos"), que consta do "Documento de Prestação de Contas de 2008)-----

-----Logo o valor destes dois empréstimos, no total de 923 228,00 euros, faz com que "O capital em dívida de médio e longo prazo", apresentado não seja de 6 591 856,72 euros, mas sim 7 703 237,37 euros.-----

-----A este valor há, ainda que considerar os dois empréstimos que "foram apresentados e aprovados" (embora de legalidade duvidosa e portanto tal aprovação deva ser considerada nula (cf o nº 6 do artº 38º da Lei 2/2007de 18 de Janeiro, conjugado com o nº 1 do artº 95º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002), nas Assembleias Municipais de 30 de Dezembro de 2008 (434 745, 50 euros) e de 30 de Abril de 2009 (176.799,47 euros), o que totaliza 611 544, 97 euros, passando deste modo o "capital em dívida de médio e longo prazos" para 8 314 782,34 euros e não de 6 591 856,72 euros. Entendemos "perfeitamente", o porquê!!! Desta tentativa de "engenharia contabilística", dado que o "total das receitas a considerar para efeito de cálculo dos limites de endividamento", apresentadas no, tem um valor de 8 077 634,38 euros!!! e de acordo com a legalidade o endividamento real será já de 8 314 782,34 euros!-----

-----Acresce ainda que não foram fornecidos, tendo sido sistematicamente e propositadamente recusados os dados sobre o endividamento das participadas do município (violação do nº 2 do artº 36º da Lei 2/2007de 18 de Janeiro). Trata-se de uma situação inadmissível que deve ser devidamente sancionada, pois estamos perante uma actuação contra a Lei, pois o presidente de câmara e os seus apoiantes estão a substituir a vontade da lei pelo seu próprio arbítrio, praticando, não o acto que era seu dever praticar, mas outro contrário a norma legal expressa.-----

-----Como mais este empréstimo, já se ultrapassa mais de 1,2 milhões de euros, este ano o que implica que a actual dívida de

médio e longo prazos, já ultrapassa os 8,7 milhões de euros, havendo que acrescer as dividas aos fornecedores e as das empresas em que a câmara participa. -----

-----Qual será, afinal, o verdadeiro endividamento da Câmara Municipal de Almeirim."-----

-----O Senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto: A Declaração de voto do Senhor Vereador Francisco Maurício, de fio a pavio, é um conjunto de mentiras.-----

-----A primeira observação devo fazê-la em relação há vontade de impugnar estas decisões, recuso-a completamente dado que nos termos das competências que a lei cento e sessenta e nove de noventa e nove me confere, distribui uma adenda à convocatória com mais de quarenta e oito horas de antecedência em relação à realização desta reunião.-----

-----Em relação ao empréstimo bancário, devo dizer que o terreno escolhido foi-o por consulta e participação da discussão por parte da Junta de Freguesia de Fazendas, por ser um local central em relação aos limites urbanos definidos em PDM e também por incluir parcela de terreno que já era propriedade da Junta de Freguesia, adquirido por executivo anterior. A localização perto do cemitério é muito mais descentrada, com grandes deslocações dos alunos e com mais custos de transportes escolares.-----

-----É mentira o que o Senhor Vereador Francisco Maurício disse em relação à capacidade de endividamento. Nesta proposta apenas se pede a consulta a entidades bancárias para deliberação futura, não havia que juntar aqui informação sobre capacidade de endividamento, no entanto para maior transparência assim se juntou. -----

-----Este documento foi elaborado pelos serviços de Contabilidade seguindo os mesmos critérios de outras anteriores que já foram aprovados pela Assembleia Municipal e pelo Tribunal de Contas. Admito que custe à oposição que a Câmara de Almeirim ainda tenha uma capacidade de endividamento confortável."-----

-----Peço em defesa da minha honra a palavra dado que fui

apelidado de mentiroso e exijo ao Senhor Presidente da Câmara que por escrito me diga qual das afirmações que consta da minha declaração de voto não é verdadeira. Em relação à adenda ou alteração da Ordem de Trabalhos, é um assunto que os juristas se hão-de pronunciar. Quanto ao facto de trazer a este Executivo uma proposta de aprovação de empréstimo sem fazer-la acompanhar da capacidade de endividamento do Município, no mínimo é irrisório."-----

-----O senhor Presidente disse: " Que a adenda não procurou alterar nenhum dos assuntos incluídos da Ordem de Trabalhos, mas tão só incluir atempadamente dois pontos naquela Ordem Trabalhos."-----

-----ALUGUER DE INSTALAÇÕES PARA INSTALAÇÃO DO CDOS - Foi presente a proposta do Senhor Vice Presidente que a seguir se transcreve: "Atendendo a que os procedimentos para a construção do novo CDOS de Santarém já tiveram o seu início por parte da Autoridade Nacional de Protecção Civil.-----

-----Atendendo a que esta infra-estrutura de Comando trará para o nosso Concelho várias dezenas de trabalhadores e centenas de visitantes que necessitam de se deslocar a estas instalações para apresentar projectos de especialidade.-----

-----Atendendo a que é de todo conveniente que esta mudança e concentração de meios se faça o mais rapidamente possível, proponho que a autarquia suporte o valor da renda por um período até vinte e quatro meses, (que é o esperado para a construção do novo edifício) no Lezíria Retail Park, na Zona de Actividades Económicas de forma a instalar provisoriamente o CDOS.-----

-----O valor a ser pago é de seis euros o metro quadrado com IVA incluído, por uma área de quatrocentos e cinquenta e três metros quadrados."-----

-----O Senhor Vice Presidente referiu:" o Comando Distrital de Operações de Socorro é um serviço que neste momento se encontra dividido em dois locais: Santarém parte administrativa e Tomar parte operacional. É aliás situação única no País com, a decisão

da Autoridade de Protecção civil de construir um edifício de raiz no nosso conselho. Contudo, havia necessidade operacional de O.T. rapidamente criar condições para a junção destas duas áreas. Dos vários locais analisados pelo senhor Comandante Distrital, o proposto era único que em tempo útil tinha as condições necessárias para ser utilizado.-----

-----A minha proposta é no sentido de que a Câmara possa suportar três lojas no Rentail Park, por um período de dezoito meses até ao máximo de vinte e quatro meses."-----

-----O senhor vereador Francisco Maurício referiu que: " Agora o Senhor Comandante do CDOS é que escolhe o sítio para a Câmara pagar."-----

-----o Senhor Vice Presidente referiu que:" como o senhor compreenderá, não sou eu que vou definir as condições de utilização que são necessárias do ponto de vista operacional para instalação deste Comando Distrital. O que está em causa é nós passarmos a ser um dos dois concelhos do País, que não sendo Capital de Distrito, tem um CDOS.-----

-----Em Almeirim não existe um espaço com quatrocentos e cinquenta metros quadrados, estacionamento, capacidade de colocar geradores de emergência e antenas de comunicação, tudo o que vimos era mais caro, e não tinham as condições, eram pavilhões comerciais, este, a única coisa que precisa é colocar um chão e de abrir duas ligações entre as três lojas existentes e está pronto a ser tratado. Não existe em Almeirim nenhum espaço com esta capacidade."-----

-----O senhor Vereador Francisco Maurício perguntou:"as várias dezenas de trabalhadores quantas pessoas são, e o que é que centenas de visitantes vêm fazer ao CDOS."-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu: "dirigem-se muitas pessoas ao Comando Distrital para entregar os seus projectos, terem reuniões. Estas reuniões trazem um conjunto de oficiais que todos os dias têm que estar no Comando Distrital, as reuniões regulares que até aqui eram feitas em Santarém passarão a ser em Almeirim, cada corporação traz sempre no mínimo dois

elementos.-----

-----Gostaria de dizer que a cedência do terreno está num espaço de localização estratégica. Os cerca de quarenta a cinquenta profissionais que se deslocam para as reuniões, trazem à cidade muita movimentação e a consequente procura de alimentação.-----

-----Do ponto de vista estratégico, a localização escolhida tem todas as condições para que no futuro se implemente centros de formação".-----

-----O senhor Vereador Francisco Maurício disse:"já começo a ter algumas dúvidas que a sopa da pedra continue a ser o símbolo que caracteriza a nossa cidade, não sei se a curto prazo em vez de um frade não teremos um bombeiro como símbolo do nosso concelho, tal não é o investimento que estamos dispostos a fazer sem que as contrapartidas sejam bem definidas. Até agora pagamos tudo, de contrapartidas não tenho qualquer informação. A exposição do senhor Vereador Pedro Ribeiro é relativa às circunstâncias excepcionais que reveste este aluguer. Gostaria de ver um documento passado pela Associação Nacional de Protecção Civil, onde tudo isto estivesse escrito, onde se reconhecesse ao concelho a implementação do CDOS, nem disso tenho conhecimento. Deveriam ter a delicadeza de nos facultarem um documento oficial sobre o assunto. Eu vou votar contra esta proposta e tenho uma declaração de voto mais pormenorizada."-----

-----Posta à votação a proposta acima apresentada, foi a mesma aprovada por maioria, com o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a seguinte declaração de voto, cuja cópia me entregou e que a seguir transcrevo: "Estamos perante uma proposta de contrato de arrendamento por ajuste directo que não é justificado por razões de urgência ou circunstâncias excepcionais.-----

-----Não nos me parece que este contrato se enquadre no previsto no Decreto-Lei n.º 34/2009 de 6 de Fevereiro, para concretizar medidas prioritárias, sendo assim terá que ser cumprido o previsto no Código de Contratação Pública, nomeadamente e no caso de se enquadrar no contrato por ajuste directo - se de

facto o mesmo não ultrapassar os 75 mil euros - o "convite, pelo menos, três entidades distintas para apresentação de propostas" . Nenhuma documentação nos foi facultada sobre esta conformidade legal, nem foi fundamentado as razões de urgência ou circunstâncias excepcionais.-----

-----Onde está a proposta da Autoridade Nacional de Protecção Civil?-----

-----Onde estão os convites formulados a outras empresas?-----

-----Onde está o estudo técnico que justifica o valor a ser pago de 6 euros/m2?-----

-----Qual a razão técnica e económica, se de facto este serviço vai ser mesmo transferido para Almeirim, e tratando-se de instalações provisórias, o mesmo não é colocado nas instalações, que estão em parte a ser não utilizadas e onde já funcionou antes de o mesmo ter sido retirado a Almeirim, em 2003 e assim permitir aos nossos Bombeiros Voluntários receber essa verba, como ressarcimento dos prejuízos graves que então lhe foram ocasionados? Sempre são quase 50 mil euros? -----

-----Quem vai suportar este custo?-----

-----Será que não está em curso uma acção intentada pelo dono Lezíria Retail Park contra a Câmara Municipal ou vice-versa? Se assim for do qual é a situação dessa acção Judicial? Será que não há aqui um conflito ético, pelo menos?-----

-----Por todos estes motivos, voto contra e faço voto de vencido."-----

-----O senhor Vice Presidente ditou a seguinte declaração de voto:"voto a favor porque com este aluguer será possível transferir brevemente o CDOS para Almeirim. Fico chocado com o facto de esta 'conquista' não seja motivo de regozijo para todos os Autarcas.-----

-----Querer confundir o CDOS com o Centro de Comando Operacional que funcionou nos bombeiros durante meia dúzia de anos, é não querer ou não perceber o que está em causa. Fico ainda mais chocado com o facto de se afirmar levianamente que aquele espaço não tem qualquer utilização. O corpo de bombeiros de Almeirim

possui ali instalações de formação utilizadas todas as semanas para cursos internos e externos, são instalações que vários corpos de bombeiros elogiam e gostariam de possuir."-----

-----Às dezasseis horas e vinte minutos saiu a Senhora Vereadora Joana Vidinha.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício pediu o uso da palavra para defesa da sua honra e disse:"fui acusado pelo senhor Vereador Pedro Ribeiro de leviano, quero esclarecer o Senhor Vereador que leviano teve ele quando no seu papel de Presidente dos Bombeiros Voluntários de Almeirim fez uma intervenção no Executivo Municipal que lhe é vedado por lei. Quero também dizer ao Senhor Vereador Pedro Ribeiro que brevemente teremos uma conversa sobre levandades e serei eu a agendá-las para a ordem de trabalhos."-----

-----O Senhor Vice Presidente disse:"A minha intervenção não foi, nem podia ser, enquanto Presidente dos Bombeiros. O que está em causa trata-se de uma relação entre a Câmara e a Autoridade Nacional de Protecção Civil onde os bombeiros em nada intervêm."-----

-----O senhor Presidente ditou a seguinte declaração de voto:" Na minha declaração de voto começo por corrigir uma afirmação do senhor Vereador Francisco Maurício que não veio agendar ponto nenhum na ordem de trabalhos, vai propor o agendamento e eu agendarei, se assim o entender, nos termos da Lei 169/99 que me confere tal competência. -----

-----Eu também queria subscrever integralmente a declaração de voto do senhor Vereador Pedro Ribeiro e reforçar o meu regozijo por irmos ter em Almeirim uma estrutura supra municipal, desejada por outros, como aliás também o é o ACCES." -----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades a

Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Rancho Folclórico "Os Camponeses da Raposa", quatrocentos e cinquenta euros para apoio à realização do "18º Festival de Folclore"; União Futebol Clube de Almeirim, oito mil e cem euros, para apoio à inscrição de Atletas; Associação Desportiva Fazendense, dois mil e quinhentos euros, para apoio à manutenção do Complexo Sousa Gomes em Fazendas de Almeirim; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de paço dos Negros, dois mil e quinhentos euros, para colocação de borracha no campo sintético, em Paço dos Negros; Hóquei Clube "Os Tigres", sete mil e duzentos euros para apoio à aquisição de viatura; Hóquei Clube "Os Tigres" de Almeirim - Secção de Pesca Desportiva, quinhentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos, para apoio à participação no Campeonato Nacional da Segunda Divisão - Zona Sul; Hóquei Clube "Os Tigres", nove mil trezentos e vinte euros, para inscrição de atletas; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, dezoito mil trezentos e sessenta euros, para apoio às Festas realizadas naquela Vila; Associação Atletismo de Santarém, mil euros para apoio na aquisição de viatura.-----

-----Foi presente a informação do Encarregado do Serviço de Higiene e Limpeza, Luís Manuel Gonçalves, comunicando que o Senhor José Manuel mandes Monteiro, a prestar serviço naquele Departamento, ao descarregar papel/cartão no Aterro Sanitário da raposo, partiu os seus óculos. Acompanha a informação factura recibo de Multiopticas no valor de setecentos e trinta e sete euros e sessenta e nove cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou pagar o valor acima apresentado pelos óculos.-----

-----CLUSTER - A Câmara tomou conhecimento da cópia da comunicação oficial da decisão de reconhecimento formal do Cluster Agro-Industrial do Ribatejo.-----

-----GRUPO PARLAMENTAR O PCP - A Câmara tomou conhecimento do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, informando

sobre transferências de competências para os municípios em
matéria de educação.-----

-----PROCESSO DISCIPLINAR - Foi presente o ofício do Agrupamento
de Escolas Febo Moniz, solicitando informação acerca da situação
do processo disciplinar instaurado a Célia Cristina Lopes
Santos, a exercer funções naquele Agrupamento.-----

-----Acompanha o processo informação do Dr. Vítor de Sousa, que
se transcreve: "O processo disciplinar foi entregue nesse
Gabinete em nove de Junho de dois mil e nove para que fosse
remetido a reunião de Câmara para deliberação de pena a
aplicar.-----

-----Até ao momento, nada foi informado sobre o processo, quer à
Instrutora quer ao Secretário.-----

-----Assim, para evitar a prescrição do mesmo, deve averiguar-se
se o processo já foi a reunião de Câmara e se já houve uma
decisão, informando a Instrutora do estado do mesmo."-----

-----A Câmara deliberou enviar a arguida à Junta Médica.-----

-----ACTAS - Foram postas a aprovação as actas anteriormente
distribuídas por todos os Autarcas.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu: "Peço em nome
dos meus colegas Autarcas que não estão aqui presentes
(Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha), que este
assunto passe para a próxima reunião, uma vez que estes
Vereadores têm correcções a introduzir."-----

-----O Senhor Presidente referiu que se aprovam as actas e que
posteriormente colocaram as respectivas correcções. -----

-----O senhor Vereador Francisco Maurício abandonou a sala de
reuniões, eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.-----

-----Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos foi encerrada
a reunião por falta de quórum, conforme previsto no artigo 89º,
da Lei 169/99, de 18 de Setembro com as alterações que lhe
confere a Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas e quarenta e cinco minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

-----Presidente da Câmara, A Assistente Administrativa
